

Educação do Campo: Aulas remotas e os desafios frente ao avanço da Covid-19 no estado da Bahia

Field Education: Remote classes and the challenges in front of the advance of Covid-19 in the Bahia

MOREIRA, Antônio Domingos¹

SANTOS, Arlete Ramos dos²

Resumo: O presente artigo faz parte de uma pesquisa conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, que tem por objetivos discutir os reflexos da pandemia da Covid-19 e a retomada do ensino emergencial no estado da Bahia, no contexto da Educação do Campo. Nesse texto, analisamos os impactos da utilização das tecnologias no sistema educacional por meio do ensino remoto das atividades escolares de alguns municípios baianos. Para isso, foi realizado um estudo sobre a Educação do Campo, observando a legislação estadual da Bahia, bem como regulamentação educacional com a propagação do Coronavírus. O percurso metodológico se deu a partir de pesquisa quali-quantitativa e bibliográfica, cujos instrumentos de coleta de dados foram à legislação, e por meio de questionários, utilizando o aplicativo de formulário do Google com docentes da educação básica e superior. Os resultados da pesquisa constataram carências nos investimentos de políticas públicas educacionais e, principalmente, na Educação do Campo. Além disso, está clara a predominância da precarização do trabalho docente, por meio de contratos de trabalhos temporários. Portanto, para enfrentar a pandemia vivenciada no nosso cotidiano fez-se necessário o uso de tecnologias e o ensino remoto, e a falta de acesso a estas evidenciou as desigualdades educacionais e sociais, que são características do sistema capitalista imposto.

Palavras chave: Sistema Educacional; Pandemia; Desigualdades Educacionais; Políticas Públicas.

Abstract: This article is part of a research conducted by the Study Group and Research Social Movements, Cultural Diversity and Education of the Countryside and the City - GEPEMDECC at the State University of Southwest Bahia – UESB, which aims to discuss the reflexes of the Covid-19 pandemic and the resumption of emergency education in the state of Bahia, in the context of Rural Education. In this Piper, we analyze the impacts of the use technologies in the educational system

1 Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Professor da Rede Municipal de Educação do município de Riacho de Santana - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC; E-mail: tony.dom1987@gmail.com

2 Pós-Doutora em Movimentos Sociais e Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Prof.^a Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC/DCIE/UESC/UESB/BA). E-mail: arlerp@hotmail.com

through the online teaching of sachola activities in some municipalities in the state of Bahia. For such, a study was conducted on Rural Education, observing the state's legislation, as well as educational regulations applied under the coronavirus dissemination's scenario. The methodological path was based on bibliographic research, whose data collection instruments were the legislation, and through questionnaires, using Google's forms application, with teachers of basic and higher education as subjects. As a result, the research found deficiencies in the investments of educational public policies and, mainly, in the Education of the Rural areas. In addition, it is clear the predominance of the precarious situation of the teacher's working conditions, through contracts for temporary work. Therefore, as a means to face the pandemic experienced in our daily lives, it was necessary to resort to digital technologies and online teaching, and the lack of access to them has made evident the educational and social inequalities among the population, which are characteristics of the imposed capitalist system.

Key words: Educational system; Pandemic; Educational Inequalities; Public Politics.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é traz o recorte de uma pesquisa que foi realizada no mês de maio de 2020, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A pesquisa teve como objetivos trazer informações a partir dos desafios e das transformações que o estado da Bahia vem sofrendo com a crise da pandemia da Covid-19, que percorre nesse ano de 2020, de forma avassaladora em todo o contexto mundial.

Diante da maior catástrofe sanitária do mundo, que a Covid-19 vem causando, a educação está sendo um desafio no atual contexto, principalmente, a modalidade de educação do campo, sendo negada pelo estado com falta de políticas públicas com a execução de aulas remotas em substituição das presenciais. Com isso, ficam evidentes as condições historicamente negadas para quem vive no campo, uma vez que o acesso de internet nesse espaço, normalmente, é precário, ou até mesmo inexistente. Nos momentos mais críticos das crises, onde os direitos sociais sempre ficam em risco é nos processos de luta da classe trabalhadora que temos o exemplo de como defendê-los. Mais recentemente, a Educação do Campo e as Escolas do Campo estiveram em destaque na luta pela garantia de direitos, apontando que a organização e unidade

dos movimentos populares são uma das respostas ao enfrentamento às opressões do capital (BRASIL, 2020).

Diante da catástrofe da Covid-19, em janeiro de 2020, o mundo teve acesso às primeiras informações sobre uma nova manifestação de Coronavírus, iniciada na cidade de Wuhan, na China. Ainda no final daquele mês, alguns casos foram registrados em diferentes cidades do mundo, sobretudo na Europa e na costa oeste norte-americana. No final de fevereiro, foi confirmado o primeiro caso no Brasil, uma infecção “importada”, ou seja, um morador de São Paulo havia sido contaminado durante viagem à Itália. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

Semanas depois, vários estados e municípios começaram a tomar medidas mais contundentes para a prevenção e a mitigação dos riscos da pandemia da Covid-19, entre elas a suspensão das aulas e o fechamento de milhares de escolas em todo o país. Em 1º de abril, a Presidência da República publicou a medida provisória nº 934/2020, que estabeleceu normas excepcionais para o cumprimento do ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior, por causa das medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública (a pandemia da Covid-19). A medida passou a permitir a flexibilização dos 200 dias letivos, mas sem que se perdesse a obrigatoriedade do cumprimento das 800 horas letivas anuais.

Os sistemas de ensino têm sido orientados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para o redimensionamento do tempo, da organização dos calendários e a readequação das atividades escolares, permitindo que o ensino remoto possa ser considerado no cômputo das cargas horárias previstas na legislação.

A Educação do Campo vem sendo objeto de estudo de vários educadores vinculados aos movimentos sociais e da área educacional, dentre eles, Arroyo, Caldart e Molina (2011), Alves (2009). Tais autores vêm contribuindo com seus estudos para uma ampla reflexão a respeito dos conceitos da Educação do Campo, bem como, sobre as políticas e práticas para promover uma educação de qualidade, com as necessárias condições para a participação e aprendizagem dos educandos da zona rural, que frequentam escolas rurais e urbanas.

As políticas públicas educacionais no Brasil ainda sofrem pela indefinição de rumos, principalmente quando se trata da Educação do Campo. O descaso dos

governantes e a falta de conhecimento da população sobre os seus direitos sociais, contribuem para que esse esquecimento e, por que não dizer o descompromisso dos gestores para com a formação cidadã. Para Arroyo, Molina, Caldart, (2004) esta ausência de políticas públicas para a educação do campo provocou o silenciamento dos problemas vivenciados pelo homem do campo, ao longo de vários anos, na legislação educacional. Essa realidade, atualmente, vem se rompendo, devido às mobilizações dos agentes sociais, que a partir das lutassem torno dos seus direitos, mesmo reconhecidos tardiamente pela Constituição Federal de 1988 e, conseqüentemente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96), passaram a reconhecer a importância de uma educação diferenciada para a população do campo.

Com todas as mudanças nas últimas décadas com as escolas do campo, no ano de 2020 houve mudanças no sistema educacional com a chegada do novo Coronavírus. As aulas passaram a ser de forma remota (sem a presença física do professor) com a existência de diálogo entre professores e alunos no decorrer da execução do mesmo e que as atividades sejam mediadas pela ação dos docentes por meio de ambientes virtuais de aprendizagem.

Contudo, tratando-se da educação campo, o ensino remoto realizado por plataformas digitais fica restrito a poucos alunos. A disponibilidade de materiais impressos aos alunos que não possuem acesso à internet também foi uma das medidas adotadas em outros regiões e países. Arruda (2020, p.263) esclarece que “esse caminho foi tentado pela Espanha, por exemplo, que encontrou desafios como a falta de universalização de acesso, bem como a falta de proximidade dos docentes” com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No que tange o método da pesquisa, aprofundamos as análises a partir de uma aproximação com o Método Materialismo Histórico Dialético – MHD, o qual destaca que é preciso conhecer a sociedade e seus aspectos históricos para trabalhar na superação das desigualdades sociais. Marx (1976) afirma que não parte de conceitos, de construtos ideais que separam subjetividade de objetividade. Esse movimento de apreensão da realidade, no método marxiano, não pode se originar

de tematizações autônomas, como o fizeram os pensadores dos métodos especulativos, mas como um conhecimento passível de transformações próprias da realidade que são pertinentes ao dinamismo e à contrariedade de toda pesquisa.

Sendo assim, como princípio metodológico a partir de Marx, a totalidade nos diz que nada pode ser compreendido isoladamente e, por isso, deve-se buscar o todo e as partes, suas relações, rupturas e contradições. Isso foi produzido a partir do estabelecimento de relações entre as respostas obtidas para uma mesma variável pelas categorias dos educadores no sistema educacional; ou entre diferentes respostas para uma mesma variável, expressando ou não a precarização do trabalho; ou revelando as contradições entre diferentes respostas para uma mesma variável; ou contradições entre as respostas de diferentes trabalhadoras. É preciso observar as análises existentes entre as partes e o todo e suas mediações.

Outrossim, informamos que os dados coletados foi um recorte do questionário aplicado e conduzido pelo Gepemdecc na UESB, ao realizar a pesquisa intitulada “Educação do Campo: aulas remotas e os desafios frente ao avanço da Covid-19 no estado da Bahia”. De acordo com Gil (1999, p.128), o questionário trata-se de uma,

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Os instrumentos utilizados para a análise dos resultados estão, a priori, vinculados à ferramenta *Google Forms*, que após encerrado o prazo das respostas, gera um arquivo PDF com uma primeira análise quantitativa do questionário, além de arquivos *Excel*, que permitem a manipulação para tratamento dos dados. O tratamento se deu com a utilização do *Microsoft Excel* e do pacote estatístico *Stata*, versão 15. A pesquisa foi enviada aos sujeitos por meio das redes sociais (WhatsApp, Face book e *e-mail*) e foi respondida por 756 educadores da educação básica e superior, sendo 152 do sexo masculino, 599 do sexo feminino, 02 Professores preferiram não informar o sexo e 03 não justificaram.

De acordo com o Gepemdecc (2020), a pesquisa se pautou nos seguintes objetivos: 1) Analisar os desafios da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto na modalidade de educação do campo, no estado da Bahia com a propagação do Coronavírus; 2) Investigar a forma de execução das atividades

bem como o envio dessas elaborações pedagógicas escolares para viabilizar o processo ensino-aprendizagem nos diversos níveis na modalidade de educação do campo, como estratégia para o enfrentamento à Covid-19; 3) E por fim, compreender os impactos do ensino remoto no trabalho docente e as desigualdades educacionais com os discentes.

3 COVID-19 E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com a chegada da covid-19 em 2020, muitas escolas suspenderam suas atividades presenciais e adotaram o ensino emergencial remoto e educação à distância no campo. Entretanto, devido às desigualdades social e educacional, muitos estudantes, principalmente, do campo e das periferias das cidades, não têm acesso à internet. Nesse sentido, muitos estudantes precisaram deslocar para as casas de colegas para realizar as atividades escolares, outros estudantes tiveram que comprar um aparelho (celular/computador), para que pudesse realizar atividades nas unidades de ensino. Isso mostra o quanto as desigualdades educacionais, principalmente, nas escolas do campo, se concentraram ainda mais com a chegada do novo Coronavírus.

A realização de aulas remotas por causa da propagação da pandemia, no contexto das escolas do campo, evidenciou as desigualdades educativas em todos os níveis de ensino na Bahia. Trouxe a tona a exclusão digital, por meio da qual se intensifica a marginalização com a política de fechamento definitivo das escolas, algo que há tempos assombra muitas comunidades, interrompendo não só as atividades em sala, mas todo o amparo educacional e de cidadania que a escola fornece para a comunidade.

A Constituição Federal de 1988 diz que a educação pública é um direito de todos, instituído no seu artigo 205, posteriormente também garantido na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/9394-96). Contudo, o projeto educativo pensado para a população rural no Brasil é carregada de interesses, contradições e negação de direitos. Esse contexto leva os movimentos sociais a reivindicarem uma educação emancipadora, crítica e que valorize as especificidades do homem do campo.

Diante das grandes conquistas e lutas sociais é importante compreender que o campo não é só espaço da produção agrícola; os camponeses devem ser respeitados em sua identidade, sua cultura, pois, “o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação” (FERNANDES, 2011, p.137).

A educação do campo tem sido pauta em vários eventos, os quais têm contribuído para a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo e, conseqüentemente, da constituição de sua política pública. No ano de 1997 aconteceu o primeiro a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), tido como o marco inicial do “Movimento Nacional de Educação Campo”. O segundo ocorreu em 2004, com a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo, que contou com a participação oficial do Ministério da Educação. Nesse sentido, conforme ressaltam Arroyo, Caldart, Molina (2011, p.135) as duas conferências constituem:

[...] Uma referência importante, pois quando realizamos o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, [...] É importante destacar a razão pela qual nasceram essas ideias de uma Educação do Campo. Já naquele tempo tínhamos um olhar sobre o campo.

De início, é preciso destacar diferença entre educação do campo e educação rural. Ribeiro (2011) auxilia a compreender o conceito de educação rural. O autor Ribeiro (2011, p.293) enfatiza:

Para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento.

Caldart (2012, p. 257, 258) aborda a seguinte concepção de “Educação do Campo”:

O surgimento da expressão ‘Educação do Campo’ pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho.

A Educação do Campo significa muito mais que um simples conceito; expressa a condição fundamental para o exercício da cidadania dos povos do campo, sendo que estes sujeitos possuem sua história. Nesse contexto, a Educação do Campo é parte essencial do desenvolvimento territorial, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo; o artigo 28 da referida lei aponta direcionamento específico à escola do campo, ao prescrever que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Nessas análises das conquistas, principalmente, nas três últimas décadas, os movimentos sociais conquistaram algumas políticas públicas educacionais que sustentam a Educação do Campo no país, políticas que devem ser valorizadas, debatidas e pesquisadas em sua prática, buscando sempre avanços para efetivação de uma educação de qualidade.

4 A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Sobre a execução das aulas remotas na modalidade de educação do campo no estado da Bahia, em tempos de pandemia da Covid-19, por meio da Portaria nº 343, no dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. Posteriormente, em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. Mais recentemente foi homologado o

Parecer CNE/CP Nº:5/2020, aprovado em 28 de abril, que trata da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia.

A Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação - CONTE (2020) afirma que o Congresso Nacional também se movimenta, através de ações suprapartidárias, para auxiliar os entes federados a superarem os efeitos da pandemia do Coronavírus nas escolas. O Projeto de Lei nº 3165/2020 cria auxílio emergencial de R\$ 31 bilhões para que estados e municípios compensem suas perdas tributárias e implementem ações na educação básica pública durante a pandemia.

Nessa conjuntura, percebe-se que os avanços tecnológicos e a globalização evidenciados pelo capitalismo, não modificaram as desigualdades e contradições do sistema, como afirma Davis (2020, p.12) sobre a Covid-19, “a atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional.”

Na Bahia, o Conselho Estadual de Educação (CEE) publicou a Resolução CEE nº 37 de 18 de maio de 2020, dispondo sobre as normas complementares à Resolução CEE nº. 27 de 25 de março de 2020. O CEE aponta para um regime especial de aplicação de atividades curriculares nos domicílios dos estudantes que se caracteriza pela realização de trabalhos escolares planejados pela escola, como uso de material didático impresso e/ou utilização dos meios digitais.

Sobre a educação da Bahia, no Art. 6º sob abrigo do Art. 23 da LDB nº 9.394/96 e das sugestões contidas no Parecer CNE/CP nº. 5 de 28 de abril de 2020, além do disposto, em excepcionalidade, pela Medida Provisória nº. 934 de 1 de abril de 2020 no que tange à obrigatoriedade dos duzentos dias letivos, as redes e unidades escolares podem reorganizar seus calendários escolares, em conformidade com os seguintes dispositivos de contagem de dias, com inclusão do respectivo planejamento de horas letivas:

Utilização de períodos não previstos, como o do recesso escolar do meio do ano e inclusão dos sábados; II) Planejamento da ampliação da jornada escolar diária, quando possível, por meio de acréscimo de horas em um turno ou,

ainda, a utilização do contra turno para a realização das atividades escolares; III) reprogramação de períodos de férias em convergência com negociações e acordos; IV) avanço para o ano civil seguinte, combinando quando for o caso, parte do previsto para o ano de 2020 com o ano subsequente, reunindo um contínuo de ações que deem conta da programação curricular dos dois anos, independentes entre si; V) outras formas legais de expedientes para o reordenamento dos calendários escolares.

No parágrafo único do artigo diz: “no retorno das atividades presenciais, as redes e instituições escolares podem compor processos híbridos de computação do tempo a ser contabilizado nas oitocentas horas anuais, fazendo uso do horário destinado às atividades presenciais dentro da unidade escolar” ((BRASIL, 2020). Nesse mesmo texto é possível verificar que a indicação é de que as atividades remotas sejam cumpridas nos domicílios.

5 ANÁLISES DOS DADOS

Diante do atual cenário, por causa da propagação da Covid-19, professores e estudantes estão diante de uma responsabilidade única e complexa: tentar construir o conhecimento. Entende-se que a saída dessa complexa crise somente será possível com o fortalecimento do que é comum a todos, e isso requer cultivar um valor renovado pela solidariedade social, notadamente no interior da classe trabalhadora, a classe fundamental que mais sofre as consequências da pandemia. Sem a luta de classe em defesa do público, milhões de crianças e jovens no Brasil sequer teriam acesso a uma pequena parcela dos direitos constitucionais.

Para as análises dos dados, a pesquisa se norteou na perspectiva da educação do campo e as desigualdades educacionais no contexto do estado da Bahia. A coleta de dados se permeou com a seguinte temática “Educação do Campo: aulas remotas e os desafios frente ao avanço da Covid-19 no estado da Bahia”. Sendo assim, fizemos um recorte do questionário, evidenciando os dados que correspondem à questão das desigualdades educacionais na modalidade de educação do campo.

Nas análises dos dados da pesquisa, obtivemos 756 respostas de professores de educação básica e superior, desse total, 97,22% são professores do estado da Bahia, 2,78 são de alguns estados do Brasil, pois recebemos devolutivas de Rio de

Janeiro, São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraíba, Acre, (Participantes que responderam o questionário em outros estados de forma aleatória). Nas análises do questionário, aproximamos mais das categorias que evidencia o ensino remoto e a Covid-19, voltadas para os principais aspectos: Aulas remotas e EaD; Desigualdades Educacionais; Uso das tecnologias; Ensino e aprendizagem, etc.

Sobre o aspecto das metodologias adotadas nesse período de pandemia com o ensino remoto no estado da Bahia sobre a Covid-19, dos 756 questionários respondidos pelos professores, constatamos que 41,30% dos professores responderam que os municípios estão oferecendo aulas remotas, enquanto 35,99% disseram que não, e 22,71% responderam que os municípios estão oferecendo de forma parcial, enviando atividades apenas para manter o vínculo entre escola e comunidade. Importante afirmar que a situação de emergência atual fez com que muitas instituições educacionais migrassem para o ensino remoto emergencial para dar cobertura aos estudantes. Neste contexto, as instituições de ensino, tanto que ofertam a Educação Básica quanto as que ofertam o Ensino Superior, continuam fechadas, impossibilitando o acesso de alunos, pais e professores. Essa medida segue o isolamento social recomendado pelas secretarias de saúde e autoridades competentes.

Nessas análises sobre impactos negativos das aulas remotas, dialogamos com Arroyo (2010), que afirma a urgência retomar a relação, não superada, entre educação e desigualdade, visto que ocorreram, no decorrer da história, mudanças de qualidade das desigualdades e opressão que perduram na atualidade, não apenas por seu aumento, mas pelo refinamento dos tradicionais processos que as determinam.

Além disso, as desigualdades educacionais podem contribuir para o aumento das desigualdades econômicas por meio da corrida entre educação e tecnologia: a tecnologia define a demanda por trabalho qualificado, enquanto a educação determina a oferta de pessoas com certas habilidades. Se a demanda por trabalhadores com certo nível de qualificação é grande, porém sua oferta pequena, o diferencial do salário desse grupo será grande em relação ao salário de outros grupos de trabalhadores (MENEZES FILHO; KIRSCHBAUM, 2015).

Em uma pandemia de tamanha letalidade, o objetivo fundamental de todas as políticas públicas não pode ser outro que a garantia da vida e da saúde coletiva

(física e mental). Toda vida importa! Apesar das formas de uso das tecnologias, os pontos a seguir sumarizados são decisivos, pois dizem respeito às condições de vida e, por isso, antecedem as demais.

Nesse tocante, sobre as condições de trabalho dos profissionais da educação a pesquisa revelou que 75.93% continuam tendo sua remuneração paga inteiramente, enquanto 16.40% estão recebendo apenas de forma parcial e 7.67% afirmaram que sua remuneração não está sendo paga, o que pode ser explicado devido a 29,63% terem contratos como regime de trabalho. Em relação aos dados das condições de trabalho, primeiro aspecto relaciona-se à forma de expansão do capitalismo, em concordância com esta realidade subjugada pelo capital. Santos (2020), analisando a realidade do agronegócio e a escola pública como máquina do capital, expõe a “precarização da educação” em um contexto similar, pautado em espaços disponibilizados por mecanismos do capital:

Diante deste cenário de precarização da educação, não está excluída a Educação do Campo, subjugada aos desmandos do capital onde as suas escolas trabalham: 1) com currículo e com propostas pedagógicas implantadas sem a participação dos principais protagonistas, propostas que em grande parte estão alheias à realidade do seu povo; 2) com professores transportados da zona urbana em que muitos deles não conhecem os princípios e os valores dos quais estão embasadas as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e não conhecem a realidade das comunidades; 3) com financiamento do material didático e de cursos, trazidos por empresas também do agronegócio. (SANTOS; 2020, p.196)

Partindo dessa premissa, da precarização de trabalho dos profissionais da educação e considerando a repentina necessidade de adaptação ao ensino remoto, é relevante entender as modalidades educacionais que esses educadores se enquadram, os respondentes disseram que, cerca de 70.90%, afirmam atuar na educação pública municipal.

Acerca da localização das escolas em que os educadores atuam 73.15% estão na zona urbana e 26.85%, desses professores lecionam na zona rural. Nessa análise, ao questionar em que modalidade de ensino atuam, apenas 18.77% lecionam dentro da modalidade de educação campo, a tabela 01, a seguir mostra com mais precisão os números e percentuais de qual modalidade lecionam.

Tabela 01 – Amostragem de educadores em cada modalidade de ensino, a partir dos dados da pesquisa

Modalidade Educacional	Números de professores
Educação do Campo	137
Educação de Jovens e Adultos	104
Educação Quilombola	08
Educação Especial	29
Educação Profissional	95

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do GEPEMDECC - UESB.

A educação brasileira está dividida em dois níveis de ensino, conforme artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): I – Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). No caso do IFPE, a Educação Profissional Técnica é oferecida em articulação com o Ensino Médio. II – Ensino Superior - Os cursos superiores podem ser de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura.

Analisando os dados da tabela 01, a modalidade que teve mais destaque na pesquisa foi a educação do campo, com 137 profissionais que atuam na área. Em seguida, os dados apresentados foram da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com 104 educadores e Educação Profissional com 95 educadores, Educação Especial teve 27 professores e Educação Quilombola que apresentou menos educadores na pesquisa, teve 08 professores.

Sobre o acesso à internet, dos 756 educadores respondentes, os dados revelaram que 41,4% utilizam internet por meio de *wifi* compartilhado com vizinhos e amigos. Menos de 50% dos entrevistados responderam próprio. Quando questionados sobre a qualidade da conexão à internet 35,45% afirmam ser regular, 27,12% satisfatória e 22,35% boa, demonstrando que ainda não tem acesso a uma rede com qualidade, conforme evidencia a tabela 2.

Tabela 02 – **Dados dos educadores sobre acesso à internet nesse período de aulas remotas**

Acesso à internet	41,4% Compartilhado
Acesso à internet	49,6% Próprio
Qualidade da conexão à internet	35,45% Regular
Qualidade da conexão à internet	27,12% Satisfatória
Qualidade da conexão à internet	22,35% Boa

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do GEPEMDECC - UESB.

Cabe ressaltar também, 64,1% apontaram que as escolas em onde atuam adotaram inteiramente ou parcialmente o ensino remoto, apenas 35,9% não adotaram a essa forma de ensino.

A partir dos dados evidenciados, percebe-se, portanto, que será de suma importância que o poder público se mobilize para que, mesmo sob uma lógica de mitigação dos impactos negativos nos estudantes, os professores recebam orientações e apoio adequado para lidarem com tamanha tarefa. Nesse sentido, para além do uso da tecnologia, pesquisas apontam que os professores em cenários como o atual também irão se deparar com outros desafios em temas que são agravados pelo distanciamento social e até mesmo atividades mais estruturadas na modalidade Educação a Distância (EaD), têm suas limitações e, com efeito, não conseguirão substituir a experiência escolar presencial, em particular, quando aplicadas em escala na Educação Básica (SANTOS; NUNES, 2020).

Tabela 03 – Informações sobre as dificuldades que os alunos têm para fazer atividades escolares

Dificuldade apresentada	Respondentes
Falta de habilidade com as tecnologias	37
Não possui internet	179
Não dispõem de equipamentos	66
Compartilha equipamentos com mais de uma pessoa	71
Internet de baixa qualidade/velocidade	103
Não se aplica	300

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do GEPEMDECC - UESB.

Ainda que as atividades escolares estejam sendo transpostas para dentro dos domicílios, os professores seguem sendo essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. No caso do uso de tecnologias educacionais, por exemplo, as evidências são claras em apontar que os docentes possuem papel fundamental para que essas soluções tenham resultado positivo no desempenho dos estudantes nesse período da Covid-19. Não obstante, estão escancaradas as desigualdades educacionais para a sociedade, quando remete à modalidade de educação do campo, os números duplicam, o que preocupa de um modo geral, o que é necessário fazer para amenizar tanta precarização no sistema educacional.

Sobre o desmonte da educação e as desigualdades educacionais em massa, afirma Mészáros (2008, p.12) que “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”. Assim, não se pode esperar mudanças/reformas que possibilitem uma possível equidade social dentro de um sistema que sustenta nas desigualdades, na exploração de uma classe sobre a outra. Diante de tal contexto, os movimentos sociais lutam por emancipação social, política e, sobretudo, humana, visando à formação de um sujeito coletivo do campo, reconhecedor e construtor da sua história pessoal e coletiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que com a chegada do novo Coronavírus por todo o planeta, a evolução da pandemia no Brasil, embora de difícil mensuração, em virtude da subnotificação decorrente da ausência de uma política eficaz e competente. Importante nesse momento imprevisível, é manter a valorização do conhecimento historicamente construído e a construção de currículos que respeitem as particularidades da Educação do Campo no estado da Bahia, são ações que podem contribuir significativamente para a edificação de uma escola do campo atrativa e de qualidade e, conseqüentemente, com a redução das desigualdades educacionais enraizadas no sistema educacional brasileiro.

Quanto aos dados da pesquisa sobre a educação do Campo e as aulas remotas com a chegada da Covid-19 na Bahia, foram obtidos por meio de um questionário que teve retorno de 756 educadores da educação básica e superior, realizado pelo Gepemdecc (2020). Os dados identificaram aspectos referentes ao formato da educação à distância, ensino remoto e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais, dando ênfase a modalidade de educação do campo.

Nas análises dos dados sobre a Educação do Campo, foram evidenciados os altos índices de desigualdades sociais, os quais se tornam mais evidentes em tempos de ensino remoto, no contexto da pandemia da Covid-19. Os acessos à internet de baixa qualidade pelos professores, bem como a redução de seus salários, dificultam sua atuação profissional. No que se refere aos estudantes, as

desigualdades são ainda maiores. Dificuldade no acesso à internet é o que mais predomina, principalmente, no campo.

O desafio não se configura só exatamente no ensino remoto emergencial, mas sim, nas problemáticas já existentes que impossibilitam que os estudantes tenham acesso a bens e serviços essenciais. Uma vez superada a pandemia, com o encerramento das medidas de distanciamento social, será o momento de construir e definir pedagogicamente e coletivamente caminhos para a continuidade da vida e para enfrentar os problemas econômicos e educacionais. Diante do que foi mencionado, pensar o acesso às tecnologias para esta modalidade de ensino torna-se imprescindível para a consolidação de políticas públicas que considerem as especificidades dos povos camponeses no contexto de Pandemia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Gilberto (Org.). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

ARROYO, M. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Educ. Soc., Campinas, vol.31, n.113, p. 1381-1416, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G; CALDART Roseli S; MOLINA Monica C (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5 ed. –Petrópolis: Vozes, 2011.

ARRUDA, E. P. **Educação remota emergencial**: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. Revista Em Rede, v.7, n.1, p.257-275, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em:<http://www6.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 ago. 2020

BRASIL. **Decreto legislativo nº 6, de 2020**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 13/08/2020.

BRASIL. **PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020**. Diário oficial da União. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 15/08/2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17/08/2020.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CONTE - Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação. **Diretrizes para a educação escolar durante e pós-pandemia**. Brasília-DF, 15 de junho de 2020.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. et al. (Orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

FERNANDES, Bernardo M (Org.). **Diretrizes de uma caminhada**. 5ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 4, p. 133-145.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GEPEMDECC. **Grupo de estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade**. Vitória da Conquista, Maio de 2020. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

MARX, K. Glosas marginales al “**Tratado de economía política**” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice et al. Estudios sobre El Capital. Tradução José Aricó, Ofelia Castillo, Juan José Real. 2. ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1976. p. 169-184.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil, In: ARRETCHE, M. (Org.) **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. São Paulo: Editora Unesp. 2015. p. 109- 132.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 2º ed.

RIBEIRO, M. **Educação do campo**: a emergência de contradições. In: GRACINDO, R.V. (Org.). Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio- educacionais. Brasília, DF: Líber Livro, 2011. p, 153-170

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Editora Edufba : Salvador – Ba. 2020. (no prelo).

SANTOS, E. N.; GARCIA, F. M.; SANTOS, V. C. Hegemonia capitalista na escola pública: o rompimento deste paradigma por uma formação humana emancipatória. P. 192-205. In: SANTOS, Arlete Ramos et al. (Orgs.). **Movimentos Sociais e educação do campo em perspectiva**. Goiânia; Editora Kelps, 2020. 252 p.

SPIRKINE, A. YAKHOT. **O Princípios do Materialismo Histórico**. S. São Paulo: Estampa, 1975b.

SOUZA, Marina Duarte de. Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 31 de março de 2020 às 15:55. **Movimentos sociais lançam plano de 60 propostas contra a covid-19 e a crise econômica**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/31>. Acesso em: 16/08/2020.

UESB/Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem. **Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia de COVID-19**. Vitória da Conquista-BA; Maio, 2020.

UOL NOTÍCIAS (2020). **CORONAVÍRUS**: Brasil registra 582 novas mortes e mais de 22 mil casos de covid-19 em 24 h. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/16/coronavirus-brasil-16-agosto.htm>. Acesso em: 17/08/2020.

Enviado em: 24-08-2020
Aceito em: 10-03-2021
Publicado em: 16-04-2021